

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE SÃO PAULO – FAEPA - (93099-8)

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR Nº 90036/2026

PREGÃO ELETRÔNICO FAEPA Nº 36/2026

PROCESSO FAEPA 1DOC Nº 4390/2025

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico – Aquisição de Equipamento	
Data de abertura da sessão pública	25/05/2026 às 09h (horário de Brasília)	
Critério de Julgamento	MENOR PREÇO POR ITEM	
Modo de Disputa	ABERTO	
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	(Incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)	
	ITEM(NS)	REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES
	01	R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)
	02	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
	03	R\$ 300,00 (trezentos reais)
	04	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS	SIM	
Permitida a participação de Consórcio	NÃO	
Garantia de Proposta	NÃO	
Sistema Eletrônico	Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).	
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	www.faeпа.br www.gov.br/compras	

A FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FAEPA, por seu Diretor Executivo, Prof. Dr. VALDAIR FRANCISCO MUGLIA, CPF/MF Nº 090.564.118-37, torna pública a abertura, na Av. Bandeirantes, 3900, Campus Universitário, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP, de licitação na modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro acima, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO**, observadas as disposições de seu Regulamento de Compras e Contratações disponibilizado no endereço eletrônico www.faepa.br, na opção “Fornecedores/Compras/Pesquisar” e as condições estabelecidas no presente edital.

1.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de **02 (DOIS) SERVIDORES DE ALTO DESEMPENHO, E 01 (UM) STORAGE (SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS) - BACKUP, 03 (TRÊS) SERVIDORES DE APLICAÇÃO, E 01 (UM) STORAGE (SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS) - PACS**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que integram este Edital como Anexos I e I.1**, respectivamente.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem na produção e/ou na comercialização do objeto da licitação, previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Serão observadas as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atendidas as exigências da Lei Complementar 123/2006 (as cooperativas que atendam o disposto no art. 11, §5º, do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA, e o microempreendedor individual – MEI, quando observadas as regras estabelecidas na legislação aplicável a cada caso).

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Para os itens objetos desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que, no ano calendário da presente licitação, a receita bruta da empresa não extrapole o limite legal para fins de seu enquadramento.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão utilizar dos benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados, pelo Pregoeiro.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da disputa, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou do instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. tenha em seu quadro social agente do órgão ou entidade licitante.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato ou do instrumento equivalente agente público de entidade que mantenha relação de parceria com a FAEPA ou vínculo de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, com quaisquer de seis dirigentes, devendo observar as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

2.8.1. A vedação de participação de agente público de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie no processo de contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica para a entidade beneficiária do objeto da licitação.

2.9. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.7.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do §5º do art. 11, do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA.

2.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do

sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 11, §5º, do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA.

3.5.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 44 e 45. Caso não cumpra os requisitos, deverá assinalar o campo “NÃO”.

3.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.4 e 3.5. sujeitará a licitante às sanções previstas no Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA e neste Edital.

3.7. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o

órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela FAEPA ou de sua desconexão.

13.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a sua segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1.A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.1.1. valor unitário e total ofertado, expresso em moeda corrente (Real), com duas casas decimais após a virgula;

4.1.2.quantidade cotada deverá ser a dos três sistemas e respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital;

4.1.3.marca;

4.1.4.fabricante.

4.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital.

4.7.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da

data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato ou do instrumento equivalente.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

5.6. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta sobre o **valor UNITÁRIO do item** será:

ITEM(NS)	REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES
01	R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)

02	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
03	R\$ 300,00 (trezentos reais)
04	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação da licitante.

5.12. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Encerrada a etapa de lances, serão identificadas pelo sistema, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.15.1. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.16.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será: abertura de disputa final, permitindo aos licitantes empatados apresentarem nova proposta em ato contínuo à classificação; avaliação de eventual desempenho contratual anterior dos licitantes, utilizando registros cadastrais para efeito de

atestado de cumprimento de obrigações, e persistindo o empate será realizado sorteio na sessão pública.

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela FAEPA.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17.4. O pregoeiro poderá solicitar à licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação estabelecidas no presente Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário.
- 6.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.5. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.6 deste Edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação dos documentos de habilitação conforme disposições do item 7.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela FAEPA;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Será considerado como indício de inexecuibilidade das propostas a oferta de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do preço referencial orçado pela FAEPA.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. que não há valor de escala ou custo de oportunidade capaz de justificar o vulto da oferta.

6.9. No caso de desclassificação superveniente da proposta vencedora, o pregoeiro convocará a próxima classificada e, assim, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas no exame de conformidade ou na prova de conceito.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação indicada nos subitens 7.14. a 7.34., consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública.

7.4. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.5. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a

declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.

7.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação de que tratam os subitens 7.14. a 7.34. somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.7.1.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participar da licitação, exceto na hipótese em que item objeto da licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido no item 3.

7.13.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da FAEPA.

7.14. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato ou do instrumento equivalente social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva

sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.18.Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.19.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.20.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.21.Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.22.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.23.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.24.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 7.25.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 7.26.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.27.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.28.Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 7.29.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.30.O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 7.31.Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.
- 7.32.Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 7.32.1.Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Outras comprovações

- 7.33. Para cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato ou do instrumento equivalente ou instrumento equivalente, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.33.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

7.33.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

7.33.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.33.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.33.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA.

8.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na própria sessão, no prazo de até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

8.3. O prazo para a apresentação das razões recursais é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão, após manifestação da Assessoria jurídica.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. A vista aos autos do processo eletrônico poderá ser franqueada aos interessados ao término da fase de habilitação, após divulgação no sítio eletrônico ou portal de transparência da FAEPA, cujas instruções poderão ser obtidas pelo *e-mail* cjl@hcrp.usp.br.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação decorrente do presente procedimento será formalizada mediante o encaminhamento da Autorização de Fornecimento.

9.2. Se, por ocasião da celebração do contrato ou do instrumento equivalente, algum dos documentos apresentados pela licitante vencedora para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a FAEPA verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.3. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item anterior, por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões com prazos de validade em vigor, sob pena de a contratação não se realizar.

9.4. Constitui, igualmente, condição para a celebração do contrato ou do instrumento equivalente a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exhibir antes da celebração, na forma disposta no presente Edital.

9.5. A licitante vencedora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para indicação do nome e o endereço eletrônico (e-mail) do representante legal ou procurador da pessoa jurídica que assinará o contrato ou do instrumento equivalente, após solicitação da Unidade Compradora, que poderá ocorrer por meio de correspondência eletrônica (e-mail).

9.5.1. A indicação, acima, deverá estar acompanhada de documentação comprobatória da qualidade de representante/procurador do signatário (se ainda não apresentada).

9.6. Os prazos mencionados nos subitens acima poderão ser prorrogados por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela FAEPA.

9.7. As assinaturas na plataforma disponibilizada pela FAEPA poderão ser realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente que cause grave dano a FAEPA ou ao funcionamento da instituição, ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou do instrumento equivalente;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

10.1.6. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.7. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.8. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.9. não celebrar o contrato ou do instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.10. recusar-se, sem justificativa, a formalizar o CONTRATO OU DO

INSTRUMENTO EQUIVALENTE no prazo e condições estabelecidos pela FAEPA.

10.1.11. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.12. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou do instrumento equivalente. ;

10.1.13. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou do instrumento equivalente;

10.1.14. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando, agir em conluio ou em desconformidade com a lei e induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.15. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.16. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11. DAS SANÇÕES

11.1. No caso de incidência em qualquer uma das infrações de que trata o item 10, respeitado o direito do contraditório e da ampla defesa, o infrator ficará sujeito às sanções previstas no artigo 52, do Regulamento de Compras Contratações da FAEPA, que prevê como medidas: sancionatórias: advertência, multa, suspensão de licitar e contratar com a FAEPA, rescisão do contrato ou do instrumento equivalente e registro de restrição no seu cadastro de fornecedores e prestadores de serviço

11.2. Por inexecução contratual, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas abaixo:

11.2.1. Pela inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente multa de até 10% (dez por cento) do valor da parte obrigacional não cumprida.

11.2.1.1.A gradação da multa será estabelecida mediante análise da gravidade da ocorrência e eventual prejuízo decorrente do inadimplemento.

11.3. Pela inexecução total do ajuste, além da rescisão do contrato ou do instrumento equivalente será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total contratado.

11.4. No caso da multa prevista no item 11.2.1., acima, o seu valor será retido do(s) crédito(s) devido(s) pela CONTRATANTE e, na sua ausência ou insuficiência, a multa

imposta deverá ser paga pela CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva notificação.

11.5.O inadimplemento dará ensejo, ainda, a sanção de impedimento de participar de licitação e de contratar com a FAEPA pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos, após procedimento interno de apuração de responsabilidade e ao registro da ocorrência no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE para efeito do disposto no art. 39 do seu Regulamento de Compras e Contratações, que reserva à FAEPA o direito de não contratar com empresas que em procedimentos licitatórios ou contrato ou do instrumento equivalentes anteriores, celebrados com a própria entidade ou com entidades públicas, tenham deixado de cumprir injustificadamente suas obrigações, ou revelado inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a contratação.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar o contrato ou do instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos neste edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades acima descritas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s):

- IMPUGNAÇÕES no e-mail editais@hcrp.usp.br;

- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO no e-mail: cjl@hcrp.usp.br.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

12.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficando disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no endereço(s) www.faeпа.com.br, opção “Compras, Fornecedores”, sem informar a identidade do

responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Exaurida a fase recursal, poderá o Diretor Executivo da FAEPA, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

13.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FAEPA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FAEPA.

13.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo

licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.11. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato ou do instrumento equivalente, o contratado deve cumprir todas as exigências estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), em relação à guarda, compartilhamento, acesso e exposição dos dados pessoais contidos nas correspondências eletrônicas, incluindo os seus anexos, os quais devem guardar estrita observância à finalidade de sua utilização, devendo prevalecer sempre o sigilo do seu conteúdo e correto descarte após a produção dos efeitos especificamente objetivados.

13.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.faepa.br, na opção “Fornecedores/Compras/Pesquisar”.

13.13. Para dirimir quaisquer questões oriundas da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ribeirão Preto –SP.

13.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO I.1. - Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II - Modelos(s) referente(s) a Planilha de Proposta.

Ribeirão Preto, na data da assinatura digital.

Prof. Dr. VALDAIR FRANCISCO MUGLIA

Diretor Executivo da FAEPA

ANEXO I

Termo de Referência nº 33/2026

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **EQUIPAMENTOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Especificação	Código	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total
01	SERVIDOR DE ALTO DESEMPENHO CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXAS.	36060999	481693	UNIDADE	2
02	STORAGE (SISTEMA DE ARMAZENAMENTO EM DADOS / BACKUP) CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXAS.	36061499	458073	UNIDADE	1
03	SERVIDOR DE APLICAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXAS	36062054	459960	UNIDADE	3
04	SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (STORAGE / PACS) CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXAS.	3806019X	458073	UNIDADE	1

1.1.1. Em caso de divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta licitação é caracterizado como **COMUM**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato terá vigência a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e vigorará até o integral cumprimento das obrigações assumidas pelas partes relativamente a entrega, recebimento, instalação, e pagamento, e do prazo da garantia dos equipamentos prevista no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5.A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A O fundamento do pedido de contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) Catálogo técnico do (s) equipamento (s) ofertado (s) em formato digital ou site.

4.1.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da especificação técnica, procedência, marca, modelo/referência do(s) equipamento(s) ofertado(s), observadas as especificações deste Termo de Referência.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.2.Não haverá exigência de garantia da contratação.

VISTORIA

4.3.Não será necessário baseado nas características técnicas dos equipamentos que serão adquiridos.

5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **45 (quarenta e cinco) dias para os itens 1, 3 e 4 para o item 2 o prazo de entrega é de 60 (sessenta) dias**, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento , conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar - Anexo I.1..

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três)** dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Patrimônio do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Campus Universitário, s/n - bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto - SP, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 13:00 horas, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. As comunicações entre a FAEPA e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2. A FAEPA poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. Após a assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, a FAEPA/CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.4. A execução do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s).

Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato ou do instrumento equivalente acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a FAEPA.

6.5.1. O fiscal técnico do contrato ou do instrumento equivalente anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto.

6.5.3. O fiscal técnico do contrato ou do instrumento equivalente informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou do instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou do instrumento equivalente.

Fiscalização Administrativa

6.6.O fiscal administrativo do contrato ou do instrumento equivalente verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução, o faturamento, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.6.2.Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Gestor do Contrato ou do instrumento equivalente

6.7. O gestor do contrato ou do instrumento equivalente exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato ou do instrumento equivalentes.

6.8. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de autorização de faturamento e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.10.O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão designada para abertura de procedimento interno.

6.11.O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da FAEPA.

6.12.O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contrato ou do instrumento equivalentes para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou do instrumento equivalente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1.Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, **em até 3 (três) dias úteis**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo recebimento, para efeito de posterior verificação técnica pelo CEC – Centro de Engenharia Clínica de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. A conferência compreende a verificação de partes e peças, montagem do equipamento, realização de testes finais, ajustes e calibrações que coloquem o mesmo em perfeito funcionamento.

7.1.2. Este procedimento gerará um protocolo de conferência do equipamento.

7.1.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do funcionário do Contratante responsável pelo recebimento.

7.2.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos por outro objeto da mesma marca e modelo daquele ofertado no certame que apresente, no mínimo, as especificações descritas no edital, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Se a rejeição do equipamento for referente à diferença de quantidade ou de partes, a CONTRATANTE poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.2.2.Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, **no máximo de 3 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 03 (três) dias úteis**, após o recebimento provisório e a conclusão da instalação do(s) equipamento(s) e a conclusão do treinamento operacional, desde que verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo setor responsável.

7.4.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser comunicada ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela FAEPA durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou do instrumento equivalente.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela FAEPA, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularidade, sem ônus à CONTRATANTE.

Prazo de pagamento

7.10.O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa.

7.11.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.12.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente em nome da contratada em qualquer banco, agência e conta por ela indicada, à vista da Nota Fiscal apresentada.

7.12.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12.2. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.12.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovante, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Não será aceita Nota Fiscal para pagamento emitida com CNPJ/MF diferente daquele que consta do contrato ou do instrumento equivalente celebrado com a CONTRATADA, ainda que da matriz ou de filiais.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DE FORNECIMENTO

Seleção

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido de acordo com a pesquisa de preços realizada com observância do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA.

Ribeirão Preto, na data da assinatura digital.

Silvio César Somera

Coordenador do Centro de Informações e Análises

NAYARA CAMILA ALVES DA SILVA

Assessor Técnico II - Departamento de Apoio Administrativo

DEOCELIA BASSOTELLI JARDIM

Chefe de Gabinete- HCRP

Prof. DR. VALDAIR FRANCISCO MUGLIA

Diretor Executivo -FAEPA

ANEXO I.1.

Estudo Técnico Preliminar 24/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 1DOC 4390/2025

2. Descrição da necessidade

Trata-se da realização de pregão eletrônico para Aquisição de equipamentos de informática.

Isso se justifica pela Contratação da Solução PACS, via HC, que prevê que a contratante disponibilize a infraestrutura para instalação do sistema nas unidades, mantendo os recursos tecnológicos adequados às demandas de trabalho da Instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas	Silvio César Somera

4. Necessidades de Negócio

Viabilizar a infraestrutura necessária para instalação do sistema PACS nas unidades, mantendo os recursos tecnológicos adequados às demandas de trabalho da Instituição.

5. Necessidades Tecnológicas

Viabilizar a infraestrutura necessária para instalação do sistema PACS nas unidades, mantendo os recursos tecnológicos adequados às demandas de trabalho da Instituição.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Especificação Técnica para Aquisição de Equipamentos

1. Servidor PACS - Cluster: - Qtde de equipamentos: 2

1.1. Servidor Rack;

1.2. Processador de 24 núcleos, 2,1 GHz, 45 MB, compatível com Intel Xeon Gold;

- 1.3. Memória RAM de 1TB - RDIMM - Dual Rank;
 - 1.4. Chassis com, no mínimo, 6 baias;
 - 1.5. 2 (dois) discos SSD de 480GB - Read Intensive - Raid 1;
 - 1.6. Controladora Raid 0 e 1 - mínimo de 2 GB de cache;
 - 1.7. 2 (duas) Interfaces de rede de 1 GbE - RJ45;
 - 1.8. 2 (duas) Interfaces de rede 10GBase-T (RJ45 ou SFP+ inclusos);
 - 1.9. HBA dual port, com conversores FC de 16 Gbps ou superior ;
 - 1.10. Fontes redundantes hot-plug, 220V;
 - 1.11. Ventiladores redundantes;
 - 1.12. Software de gerenciamento de sistemas incluso, licenciado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, na versão
Advanced/Enterprise (compatível com iDRAC, xClarity, iLO);
 - 1.13. Trilhos e cabos para instalação inclusos;
 - 1.14. Cordões ópticos OM3 ou superior, 5m, LC/LC, inclusos;
 - 1.15. Prazo de entrega de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir do recebimento do contrato ou avisode fornecimento.
 - 1.16. Garantia mínima de 5 (cinco) anos, "on-site", 24x7, com 8 horas de solução.
2. Servidor Roteamento: - Qtde de equipamentos: 3
- 2.1. Servidor Rack;
 - 2.2. Processador de 8 núcleos, 2.1 GHz, 24 MB, compatível com Intel Xeon Silver;
 - 2.3. Memória RAM de 128GB - RDIMM - Dual Rank;
 - 2.4. Chassis com, no mínimo, 4 baias;
 - 2.5. 4 (quatro) discos SAS de 2.4 TB - Raid 5+HOT;
 - 2.6. Controladora Raid 0,1 e 5 - mínimo de 2 GB de cache;
 - 2.7. 2 (duas) Interfaces de rede de 1 GbE - RJ45;
 - 2.8. Fontes redundantes hot-plug, 220V;
 - 2.9. Ventiladores redundantes;
 - 2.10. Software de gerenciamento de sistemas incluso, licenciado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, na versão

Advanced/Enterprise (compatível com iDRAC, xClarity, iLO);

- 2.11. Trilhos e cabos para instalação inclusos;
- 2.12. Prazo de entrega de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir do recebimento do contrato ou avisode fornecimento.
- 2.13. Garantia mínima de 5 (cinco) anos, "on-site", 24x7, com 8 horas de solução

3. Storage PACS:

- 3.1. Duas controladoras redundantes;
- 3.2. Equipamento novo e em linha de produção pelo fabricante;
- 3.3. Quatro portas SFP28 por controladora e 4 portas fiber channel, para conexão Direct Attached com hosts;
- 3.4. Conversores inclusos: Quatro SFP28/SR, quatro SFP+/SR e quatro fiber channel 16 Gbps (mínimo);
- 3.5. Oito cabos ópticos OM3 ou superior, 5m, inclusos;
- 3.6. Conexão iSCSI 10/25 GbE /NAS 10/25GBE;
- 3.7. Memória Cache (Leitura/Escrita) de 32 GB por controladora;
 - 3.7.1. Alternativamente, será aceita configuração padrão com 16 GB de memória cache por controladora, desde que arquitetura do sistema compense a diferença de performance através de memória adicional em discos SSD (SSD cache), garantindo desempenho igual ou superior à configuração de 32 GB de memória cache. Neste caso, a licitante deve adicionar os discos SSD necessários para a configuração.
- 3.8. Suportar Raid 0,1,5,6 (ou DP+) ;
- 3.9. Possuir recursos de Thin Provision e Snapshots;
- 3.10. Gerenciamento via interface gráfica WEB e CLI;
- 3.11. Software de gerenciamento capaz de gerenciar/provisionar todos os discos/volume e permitir o monitoramentodas condições de funcionamento do equipamento, bem como os parâmetros de desempenho através de gráficos de performance;
- 3.12. O Software do equipamento deve permitir também expandir volumes/LUNs de forma "online", sem interrupçãodos serviços;
- 3.13. Conexão SAS de 12GB (Back-end) e conexão fiber channel;
- 3.14. Espaço líquido configurado:
 - 3.14.1. 30 TB em discos SSD - Raid 5;

3.14.2. 40 TB em discos SAS 10K - 12G - Raid 5;

3.14.3. 900 TB em discos de, no máximo, 16 TB, NL-SAS de 7.2K - Raid 6 ou DP+;

3.14.4. O cálculo do espaço líquido deve ser feito respeitando o número máximo de discos por conjunto determinado pelo fabricante;

3.14.5. Os discos devem ser, para cada grupo, de mesma capacidade.

3.15. Possibilidade de expansão de, no mínimo, 500 TB líquido do espaço NL-SAS solicitado, através da adição de discos/gavetas;

3.16. Licenciamento total perpétuo;

3.17. Suportar 256 Hosts e 256 Volumes;

3.18. Suportar protocolos de armazenamento em Bloco e Arquivo;

3.19. Fontes de alimentação redundantes, 220V (caso o equipamento possua PDU própria, a rede elétrica da contratante é 380V Trifásica - 32A);

3.20. Ventiladores redundantes;

3.21. Todos os acessórios de instalação em rack 19" inclusos;

3.22. Instalação física e lógica inclusas;

3.23. Prazo de entrega de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir do recebimento do contrato ou aviso de fornecimento.

3.24. Garantia de 5 Anos "on-site", 24x7, com 8 horas de solução.

4. Storage Backup:

4.1. Duas controladoras redundantes;

4.2. Equipamento novo e em linha de produção pelo fabricante;

4.3. Quatro portas SFP28 por controladora;

4.4. Oito conversores/transceivers SFP28, SR inclusos;

4.5. Oito patch cords ópticos, 10 m, OM3, LC/LC, inclusos;

4.6. Conexão iSCSI 10/25 GbE;

4.7. Memória Cache (Leitura/Escrita) de 16 GB por controladora;

4.8. Suportar Raid 1,5,6 (ou DP+) e 10;

4.9. Possuir recursos de Thin Provision e Snapshots;

4.10. Gerenciamento via interface gráfica WEB e CLI;

- 4.11. Software de gerenciamento capaz de gerenciar/provisionar todos os discos/volume e permitir o monitoramentodas condições de funcionamento do equipamento, bem como os parâmetros de desempenho através de gráficos de performance;
- 4.12. O Software do equipamento deve permitir também expandir volumes/LUNs de forma “online”, sem interrupçãodos serviços;
- 4.13. Conexão SAS de 12GB (Back-end);
- 4.14. Espaço líquido configurado em Raid 6 ou DP+:
 - 4.14.1. 1500 TB em discos de, no máximo, 24 TB, NL-SAS de 7.2k, enterprise;
 - 4.14.2. Na configuração do espaço líquido, devem ser utilizados, no máximo, 14 discos por conjunto;
 - 4.14.3. Devem ser adicionados, após o cálculo do espaço líquido, 5 discos como Hot Spare;
 - 4.14.4. Todos os discos utilizados devem ser de mesma capacidade/característica.
- 4.15. Possibilidade de expansão, em no mínimo 1000 TB líquido, do espaço em disco solicitado, através da adição dediscos/gavetas;
- 4.16. Licenciamento total perpétuo;
- 4.17. Suportar 256 Hosts e 256 Volumes;
- 4.18. Suportar protocolos de armazenamento em Arquivo;
- 4.19. Fontes de alimentação redundantes, 220V (caso o equipamento possua PDU própria, a rede elétrica dacontratante é 380V Trifásica - 32A);
- 4.20. Ventiladores redundantes;
- 4.21. Todos os acessórios de instalação em rack 19" inclusos;
- 4.22. Instalação física e lógica inclusas;
- 4.23. Prazo de entrega de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do recebimento do contrato ou aviso defornecimento.
- 4.24. Garantia de 5 anos "on-site", 24x7, com 8 horas de solução;

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Contratação de:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
1	36060999	SERVIDOR DE ALTO DESEMPENHO	Und	2
2	36061499	STORAGE (SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS).	Und	1
3	36062054	SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Und	3
4	3806019 X	STORAGE (SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS).	Und	1

8. Levantamento de soluções

A solução mais apropriada ao atendimento da necessidade é a aquisição de equipamentos de informática, conforme os requisitos estabelecidos no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar, através de licitação realizada pela entidade, na modalidade pregão, sob o critério de julgamento menor preço por item.

Isto permitirá a aquisição das quantidades planejadas, de forma integral ou parcelada durante 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, evitando novas licitações em curto espaço de tempo e, consequentemente, retrabalho.

Também poderá beneficiar o planejamento financeiro da instituição.

9. Análise comparativa de soluções

Não há.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Torna-se inviável a manutenção do parque de equipamentos sem a atualização pretendida nesta contratação.

11. Análise comparativa de custos (TCO) Não há.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Necessidade de disponibilização da infraestrutura para instalação do sistema PACS.

13. Estimativa de custo total da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Será adotado o orçamento sigiloso no presente procedimento licitatório, em face da vantagem em se garantir a simetria de informações entre as partes, buscando propostas reais

de preços, de acordo com os custos efetivos da prestação, estimulando os licitantes a apresentarem suas melhores ofertas, fomentando a negociação de valor e buscando evitar que o preço de reserva influencie um alinhamento das propostas entre as licitantes, conforme faculta o artigo 18, § 4º, do Regulamento de Compras e Contratações da FAEPA. O valor referencial foi definido de acordo com a prévia pesquisa de preços realizada pela FAEPA e será tornado público após definido o resultado do julgamento das propostas]

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Necessidade de disponibilização da infraestrutura para instalação do sistema PACS.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Necessidade de disponibilização da infraestrutura para instalação do sistema PACS.

16. Benefícios a serem alcançados com a

contratação Perfeito funcionamento do sistema

PACS.

17. Providências a serem Adotadas Não há.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando a indispensabilidade dos itens para garantir um atendimento eficaz e de qualidade na saúde do paciente no Hospital.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIO CESAR SOMERA

Coordenador Centro de Informações e Análises

RICARDO DE CARVALHO CAVALLI

Superintendente

VALDAIR FRANCISCO MUGLIA

Autoridade competente

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ATENÇÃO: A PROPOSTA DE PREÇOS PARA O(S) ITEM(NS), OBJETO(S) DESTA LICITAÇÃO, DEVERÁ SER ELABORADA, OBRIGATORIAMENTE, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANEXOS I E I.1, RESPECTIVAMENTE, DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO CERTAME.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDÊNCIA	MARCA	MODELO/ REFERÊNCIA	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM

- **Validade da proposta:** 60 (sessenta) dias